

Não há nada de Novo sob o Sol num Mundo de *Heróis!* (A *Civilização* da Barbárie na Agroindústria Canavieira)*

Antonio Thomaz Júnior¹

*“Por que me doem tanto 7 quilos de
tristeza, se há vidas que sobem ao céu
levando, como pluma, mais de 25
toneladas de cana...”²*

Resumo:

A dominação dos trabalhadores pelo capital os expõe às diferentes formas de controle, dentro de casa, no lazer, nos campos de futebol etc. É com as atenções voltadas para reforçar e qualificar nosso posicionamento contrário em relação a esse modelo de produção, de relação de trabalho e de sociedade que está na base de sustentação do *agronegócio* canavieiro, ou dessa expressão concreta da *civilização* da barbárie que temos que nos ocupamos nas nossas pesquisas. As novas formas de uso e exploração da terra, as disputas de (por) território, que fundam o processo expansionista do agronegócio no Brasil e que se intensifica nessa viragem d século XXI, nos indicam que *não há nada de novo sob o sol* e que as experiências de vida comunitárias e camponesas estão sendo duramente atingidas, tais como os assentamentos e acampamentos rurais, e as experiências de luta pela terra e pela Reforma Agrária e Soberania Alimentar desestimuladas e condenadas ao fracasso, tanto no âmbito da disputa ideológica, quanto das políticas públicas.

Palavras-chave: trabalho; reforma agrária; agroindústria canavieira; barbárie

* Este texto é produto das atividades de pesquisa junto ao Projeto “Agronegócio e Conflito pela Posse da Terra em São Paulo: A Dinâmica Territorial da Luta de Classes no Campo e os Desafios para os Trabalhadores”, financiado pela FAPESP (Alínea Auxílio à Pesquisa); e ao Projeto “Território Mutante e Fragmentação da Práxis Social do Trabalho”, financiado pelo CNPq/(Ciências Humanas). Esta versão é provisória e deverá ganhar, nos próximos meses, mais elementos de discussão e amplitude teórica. A partir de março de 2008 servirá de base para discutirmos junto ao Grupo de Pesquisadores sobre a temática agroindustrial canavieira que a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), aglutinará, podendo, inclusive, publicar os textos em número especial da *Revista da Abra*.

¹ Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia/FCT/UNESP/Presidente Prudente; coordenador do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho” (CEGeT); pesquisador do PQ/CNPq; autor dos livros *Por trás dos canaviais os nós da cana*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002; e *Geografia Passo-a-Passo*. Santiago de Compostela: Editorial Centelha, 2005. C.P. 467. CEP 19060-900. Presidente Prudente (SP). Tel. (18) 3229-5388, ramal: 5543 E-mail: thomazjr@gmail.com

² Trecho do poema “O mundo está coberto de cana”, de Alexandre Pilati, em homenagem a José Mario Alves Gomes, que morreu em 21 de outubro de 2005, após cortar 25 toneladas de cana para a Usina Santa Helena, em São Paulo.

There is nothing new under the sun in a heroes'
world
(The civilization of barbarism into the sugar-cane
agribusiness)

Abstract:

The domination of workers by capital exposes us to different forms of control: at home, , during our free time in the football fields or wherever.

Our searches have been interested in reinforcing our position opposite to the current model of production, labour relations and society, which is the base of the sugar cane agribusiness in Brasil.

The new forms of use and exploitation the land and the conflicts of territory , which based the process of the expansionist agribusiness in Brazil , intensified at the 21st century-turning, they show us that there is nothing new under the sun. The experiences of the peasant community are really being hit, such as rural settlements and camps, and the experiences of Land Struggle, Agrarian Reform and Food Sovereignty, which have been condemned to failure, so much in the ideological dispute as public policies.

Key words: work; agrarian reform; agribusiness sugar-cane; barbarism

Introdução:

A nota epigrafada nos é sugestiva, para fazermos chegar aos milhões que não estão inteirados das bárbaras condições de trabalho e de vida dos trabalhadores envolvidos, particularmente no corte da cana-de-açúcar, no Brasil, em tempos de agronegócio, de *modernidade*, seja nas áreas tradicionais, seja nas áreas novas ou em expansão, como o Pontal do Paranapanema. Poderíamos ir mais longe, emendando outra parte do mesmo poema: “*Descansa, José. Há muita cana para cortar. Descansa. O mundo está coberto de cana*”.

Se toda a *modernidade* técnica e a retumbante alcunha de heróis, que, de forma premeditada, partiu de uma voz solitária do Planalto, nada ou quase nada pode nublar os efeitos da perversidade do capital agroindustrial canavieiro. Sem mudanças marcantes nas relações fundiárias, ambientais e, sobretudo, de trabalho favoráveis aos trabalhadores, sustentam-se a ferro e fogo as heranças quinhentistas, as renovações da ordem agrária, com a Lei de Terras de 1850, e as *benesses* do regime militar, inauguradas em 1964.

É a partir desse marco que optamos por enfatizar o quanto os horizontes da *civilização* da barbárie se confundem com a sociedade em que vivemos. Essa mesma que

está fundada na exploração do homem pelo homem, na extração de trabalho, na apropriação privada do produto socialmente produzido, na separação entre força de trabalho (criadora de valores úteis) e matérias-primas, máquinas. Essa mesma que constrói a potência das forças produtivas, destruindo relações de convivência (comunitárias, familiares), a sustentabilidade sócio-ambiental, em nome do moderno, que, no caso específico da agroindústria canavieira, particularmente em seu formato de século XXI, reduz acentuadamente a biodiversidade, elimina a policultura, contamina os solos, os aquíferos, os homens, devido ao uso intensivo e incomensurável de adubos, herbicidas, defensivos. Sem falar na compactação e erosão dos solos e na geração de grandes quantidades de vinhaça, à razão de 12,5 litros para cada litro de álcool produzido –significando, para os dados da safra 2006/07, à base de 17,8 bilhões de litros de álcool, que foram gerados 213 bilhões de litros de vinhaça³.

É por esse caminho que proponho refletir a realidade do trabalho, no mundo e

³ Projeções do NIPE/UNICAMP, para 2025, indicam a produção de 205 bilhões de litros de etanol e 2,46 trilhões de litros de vinhaça e, se considerarmos a aplicação média de 150 mil litros de vinhaça por hectare, ao ano, serão necessários 16,4 milhões de hectares para absorver todo esse volume de vinhaça, pela via da prática da fertirrigação.

no Brasil em particular, todavia com as atenções voltadas para os desdobramentos dos rearranjos do capital agroindustrial canavieiro, especialmente as tramas nas quais está envolvido em todas as escalas geográficas (local/regional/nacional/internacional), repercutindo na dinâmica geográfica da luta de classes.

Seja na cana-de-açúcar, seja na laranja, seja na Scania, seja na IBM, seja no Bradesco, seja no McDonald's, seja na Odebrecht, enfim, o trabalho é precarizado. Não nos adiantaria inventar o *precarizômetro*, para entendermos as diferenças existentes entre as diversas formas de precarização do trabalho, nos campos ou nas cidades. Temos, sim, a partir das diferentes formas de realização da relação capital x trabalho e das demais expressões que o trabalho assume, na sociedade atual, que apreender as estratégias empreendidas pelos setores hegemônicos, para darem vazão ao “maquinário produtivo”, pois será com base nesse processo que poderemos entender as ações táticas de exploração/subordinação/dominação/sujeição/controlado do capital sobre o trabalho e suas

*Seja na cana-de-açúcar,
seja na laranja, seja na
Scania, seja na IBM,
seja no Bradesco, seja
no McDonald's, seja na
Odebrecht, enfim, o
trabalho é precarizado.*

ramificações para a sociedade, de maneira geral.

A vida dentro e fora do trabalho tem que ser objeto de nossas pesquisas, senão o empreendimento do capital se manterá blindado pelo estranhamento, não nos permitindo vislumbrar os nexos e as contrações do metabolismo do capital. Poderíamos focar os exemplos que mais nos aproximam da realidade dos cortadores de cana-de-açúcar, no Pontal do Paranapanema, sejam eles assalariados puros, sejam eles assentados que se assalariam, na safra, sejam migrantes etc. Isto é, se não levarmos em conta que as péssimas condições de trabalho são acompanhadas de perto das péssimas condições de vida, tanto por conta dos baixos rendimentos, quanto pela precariedade dos alojamentos, barracões que abrigam os trabalhadores migrantes, não seremos capazes de compreender que essas duas dimensões são uma única expressão da exploração.

É por isso que a ausência de consciência dos trabalhadores desse esquema de dominação os expõe à dominação do capital, no trabalho, dentro de casa, no lazer, nos campos de futebol... É desse massacre ou dessa expressão concreta da *civilização* da

barbárie que temos que nos ocupar, nas nossas pesquisas. E, no caso concreto deste texto, além disso, pretendemos qualificar e reforçar nosso posicionamento contrário em relação ao modelo de produção, de relação de trabalho e de sociedade que está na base de sustentação do *agronegócio* – para utilizar um termo de domínio público – em especial o caso da agroindústria canavieira, e sinalizar que as disputas de território, a expressar os debates em torno da sociedade que queremos, podem ser exemplificadas por meio de alguns enunciados enraizados em novas formas de uso e exploração da terra e do território, suscitadas pelos assentamentos rurais e pelo formato de produção representado nas pequenas unidades produtoras em bases familiares.

Apesar do pouco alcance, em termos estruturais, os resultados e os exemplos indicam a melhora na qualidade de vida e de trabalho das famílias camponesas, quando estão à frente do processo de trabalho, nas suas terras. O revés dessa situação ilustra que a alternativa do envolvimento dos trabalhadores, no corte da cana-de-açúcar, bem como as maneiras de inserção pela via do assalariamento misto, no caso dos assentados da Reforma Agrária e dos pequenos proprietários/produtores submetidos às extenuantes jornadas, na cana-de-açúcar, para complementarem renda, bem

como por meio do expediente do arrendamento de parte das terras para o plantio de cana-de-açúcar, com o objetivo de conservar a gestão familiar, é o que resta. Portanto, em muitos casos, a ausência de outras opções relega à maioria dos trabalhadores, que se expõem ao ritmo e à subordinação do capital agroindustrial canavieiro, a saída para se manterem no circuito social e de trabalho.

Os caminhos de um legado...

Todos sabemos que a implantação da indústria açucareira, em nosso país, desde a colônia, foi baseada no latifúndio, no trabalho escravo, na monocultura da cana-de-açúcar para exportação e nos maus tratos aos trabalhadores. Assim, Estado e usineiro (denominação popular para capitalista agroindustrial canavieiro) comungam interesses convergentes e de classe, expressos nas relações de poder que compactuaram os setores dominantes aliançados e que dispuseram de prestígio político, nas mais diferentes instâncias da gestão política, nos escandalosos esquemas de financiamentos públicos e, principalmente, a política do perdão das dívidas⁴, a qual se mantém até

⁴ Tema tabu na administração pública federal, as informações disponíveis indicam que somente os proprietários das agroindústrias canavieiras de

hoje, além das situações que revelam favoritismos e burlas à Constituição, no que se refere à invasão de terras públicas e devolutas, para fins produtivos e especulativos.

Não é privilégio dos latifundiários ou dos pecuaristas essa vocação predatória e, apesar de o expediente fundiário não ocupar lugar central no diagnóstico dos problemas vivenciados por esse ramo de atividade, a legitimação de terras improdutivas e ilegais também se fez presente ao longo de toda a história, destacando-se para o Pontal do Paranapanema, neste início de século XXI, como principal aspecto da expansão da agroindústria canavieira⁵. Diante da fúria do agronegócio *alcoolidado*⁶, haja fome de terra, uma vez que os 170 milhões de hectares de posses ilegais e os 120 milhões de hectares de terras improdutivas⁷ constituem o objeto de desejo do capital.

Via de regra, a expansão e a consolidação das monoculturas, além de degradarem o meio ambiente – por exemplo, com a prática da despalha da cana-de-açúcar, através das queimadas, da destruição da

biodiversidade, da exposição dos trabalhadores à fuligem, aos gases tóxicos, e as populações circunvizinhas aos canaviais à sujeira e compostos químicos os quais provocam vários problemas de saúde pública – implementam práticas de exploração do trabalho que descumprem e ignoram a legislação trabalhista, os contratos de trabalho e os direitos civis prescritos na Constituição Federal. Também desmontam as formas de vida comunitárias, por meio da desterroação das nações indígenas e da destruição dos territórios camponeses, aumentando ainda mais as desigualdades sociais no campo, incrementando o êxodo rural e, conseqüentemente, a pobreza urbana.

Antes de imaginarmos que êxodo rural, migração campo-cidade, no Brasil, seja algo restrito aos anos 1960-1985, produto direto do que ficou equivocadamente marcado na literatura como “revolução verde” ou, ainda, “modernização” da agricultura, diante dessa fúria destrutiva do capital e do Estado em capitanear o projeto de transformar tudo e a todos em mercadoria, seria prudente dimensionarmos a escalada da barbárie, no século XXI.

A exclusão social e territorial do campesinato é um fenômeno ainda vivo e que se intensifica pela concentração das terras, pela retomada dos arrendamentos com fins de viabilizar os empreendimentos

Pernambuco têm dívida junto ao INSS de aproximadamente R\$ 700 milhões.

⁵ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2007c.

⁶ Termo tomado de empréstimo de THOMAZ JÚNIOR, 2007c.

⁷ Informações obtidas junto ao Cadastro do INCRA, 2003.

agroindustriais, fundados na agroindustrialização de produtos para exportação, tais como a soja, o milho, o algodão, nos cerrados; a cana-de-açúcar, com vistas à inserção do álcool etílico no mercado internacional, mas como *commodity*; o eucalipto, para a produção de pasta de celulose, papel; e carvão vegetal, para abastecer os fornos das siderúrgicas que visam a se apropriar do bom momento, no mercado externo, para o aço fabricado no Brasil etc. Quando consideramos esse assunto na escala internacional e, portanto, seus rebatimentos para o campesinato espalhado em todo o planeta, não podemos desconsiderar a estratégia destrutiva dos grandes grupos transnacionais do capital agro-químico-industrial-financeiro-alimentário, vinculada ao rebaixamento dos preços dos produtos de origem agrária, ou mais propriamente agrícola, mancomunados com os propósitos do Banco Mundial (BM), Banco Inter-americano de Desenvolvimento (BID), Organização Mundial do Comércio (OMC), Política Agrícola Comum (PAC), *Farm Bill*, as duas últimas, respectivamente, as políticas agrícolas européia e norte-americana⁸. Se, de um lado, estão apostando alto na destruição/eliminação do campesinato, mediante o rebaixamento

⁸ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2007a; THOMAZ JÚNIOR, 2007b.

artificial dos preços dos produtos agrícolas, à base de elevadas somas de subsídios, apoios para os grandes produtores e outros expedientes, quando os mantêm ou concedem sua permanência, o fazem à base da dominação e sujeição ao seu arco de determinações, como o que desejam com sua inserção no cenário dos agrocombustíveis, particularmente em nosso país, na produção das matérias-primas para o fabrico dos óleos que darão fundamento ao biodiesel.

Por conseguinte, não constituem mera coincidência os interesses das empresas ou conglomerados que controlam os agrocombustíveis e devastam as florestas nativas e as áreas destinadas para a produção de alimentos em bases familiares, com as maiores distribuidoras/atacadistas/agroprocessadoras de cereais, como a Cargil, ADM, Bunge e os demais segmentos que atuam na produção de transgênicos, como Syngenta, DuPont, Bayer, Monsanto e todo o segmento de distribuição de combustíveis e refino de petróleo – como a Petrobrás e suas coligadas –, a cadeia automobilística e o circuito financeiro. Segundo as pesquisas, não teríamos mais de vinte empresas transnacionais controlando toda a cadeia alimentar, influenciando e definindo os rearranjos nos espaços produtivos e interferindo diretamente na dinâmica produtiva, em escala global (territorialização-

desterritorialização-reterritorialização), portanto, empenhando sua marca na definição dos papéis dos atores sociais envolvidos, atingindo também a produção de sementes, insumos químicos, industriais, comercialização, agroprocessamento, comércio internacional, definição de estoques e preços etc.

Nessa perspectiva, os denominados biocombustíveis – aliás, denominação equivocada para o modelo de produção centralizador, concentrador e poluidor, sob o foco de luz dos Estados, das instituições financeiras internacionais e dos setores dominantes da burguesia, em todos os cantos do planeta – cumprem importante papel geopolítico para diminuir sua dependência do petróleo, muito mais do descontrole em relação aos países que dispõem das maiores reservas e dificultam a intromissão do Império. Sem contar que, se essa nova equação da divisão internacional do trabalho, que pode garantir aos países do Norte o fornecimento de combustíveis, lhes facultaria a necessidade de poluir sua própria casa, como também a própria indisponibilidade de terras para tal empreendimento, mas porque transferem os problemas ambientais para a origem e continuam dominando e controlando a dinâmica produtiva de alimentos, em todo o planeta. Assim, coíbem o exercício da gestão local/regional dos

espaços produtivos pelos próprios produtores e suas respectivas comunidades, impedindo e dificultando, desse modo, as decisões que caberiam aos trabalhadores e à sociedade de maneira geral, as políticas de Reforma Agrária e a Soberania Alimentar⁹, além de forçar a gestão macroeconômica dos países aos preceitos que lhes interessam, amarrando-os à sua órbita de controle, por meio do endividamento e dependência financeira etc.

Dessa forma, o engodo que recobre toda a temática dos biocombustíveis, na atualidade, em particular, no caso do Brasil, a euforia em relação à expansão da agroindústria canavieira e da produção de etanol, e, na outra ponta, a novidade do biodiesel, na verdade representam a mais nova ofensiva do capital e do projeto imperial de aniquilar de imediato todas as linhas de resistência ao modelo hegemônico de sociedade, tais como o campesinato e os assalariados, os quais combatem a avalanche capitalista, em nome da produção de energia renovável, da diminuição das emissões de poluentes e dos agravos ambientais, sem

⁹ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2007d. Esse texto, intitulado “Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar (Em Questão a Classe Trabalhadora e a Luta de Classes no Brasil)”, é a versão original. A versão resumida – “Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar no Brasil” – encontra-se nos *Anais do III Simpósio Internacional de Geografia Agrária*. Londrina, 2007.

antes explicitarem que, com uma única cajadada, estão tratando de dois assuntos estratégicos e imprescindíveis para a manutenção da estrutura de poder: exercer o controle social e assegurar-se da gestão/produção/circulação/fornecimento de combustíveis.

Essa *nova* divisão territorial do trabalho no campo, como já abordamos anteriormente¹⁰, não somente consolida o projeto do capital, dos grandes conglomerados transnacionais agro-químico-industrial-financeiro-alimentário, mas também fragiliza e põe em risco a existência de comunidades inteiras de camponeses, do *indigenato*, dos demais povos, tais como pescadores artesanais, posseiros, extrativistas, quilombolas etc.

Está em questão a disputa por projetos de sociedade ou a deslegitimação da cultura camponesa e dos povos originários, em detrimento do empreendimento capitalista. Isto é, da eficiência e da racionalidade dos ganhos de produtividade das práticas monoculturais, da mecanização e operações fundadas na utilização de insumos químicos, na manipulação genética e na garantia dos direitos de propriedade intelectual como fundamento produtivista e definidor de novos nichos de mercado, na

eficiência produtiva e gestionária das tecnologias da informação (TI), na exclusividade do mercado capitalista, geograficamente configurado pela *necessidade* da dimensão intercontinental, em lugar da produção-circulação de ciclos curtos etc.

Todo esse desmonte não tem seu ciclo completo sem antes considerarmos que a fúria expansionista do agronegócio, para contar com o apoio de políticos, via de regra, vendidos, das populações e comunidades regionais, comumente desinformadas, ao venderem a falácia da *nova* perspectiva de emprego estão apenas guardando, para um próximo momento, a intensificação da mecanização e, conseqüentemente, o descarte de centenas de milhares de trabalhadores rumo ao desemprego. Esse processo fortalece ainda mais a instabilidade do assalariamento rural temporário em condições precárias (bóias-frias ou diaristas não residentes), bem como a informalidade, ampliando sobremaneira a exploração dos trabalhadores, fortalecendo sistemas de controle político e trabalhista, favorecendo a prática da perseguição à filiação e luta sindical; todavia, estimula o alargamento das hordas de ocupantes de terra, que se somam a outros milhares de trabalhadores excluídos e precarizados, os quais, juntamente com suas famílias, apostam na alternativa do confronto com o capital, latifundiários, que,

¹⁰ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2007c.

além de promoverem todas as mazelas sociais, monopolizam igualmente as terras.

Nos últimos anos, o processo de expansão da agroindústria canavieira e dos canaviais e a centralização de capitais, no setor, conheceram mais visibilidade, devido especialmente às atenções voltadas para o álcool, no mercado internacional, e pela entrada dos investimentos transnacionais. Essas mudanças provocaram rearranjos marcantes, na dinâmica do mercado de trabalho, nas formas de arregimentação, seleção, contratação, na organização do trabalho agrícola e, conseqüentemente, no perfil dos trabalhadores. É no interior desse processo que os empresários continuam optando pela contratação dos trabalhadores migrantes, para o trabalho durante a safra da cana, pois os elevados patamares de produtividade desses trabalhadores, no corte de cana, são a razão fundante dessa escolha.

Outra questão a destacar é a crescente participação de capital estrangeiro, que teve início no ano 2000, com os grupos Louis Dreyfus, Tereos (ex-Beghin-Say), Cargil, o grupo argentino Adeco Agropecuária, os fundos de investimento Infinity Bio-Energy, que incorporou o fundo Evergreen e o fundo

Por que morrem os trabalhadores que cortam cana-de-açúcar? Seria esse o legado para os trabalhadores, em meio a tão importante segmento empresarial

BDF, do qual um dos sócios é o banco francês Société Générale, controlador do Dreyfus. Da mesma maneira, grandes grupos nacionais também estão dirigindo investimentos para esse setor, tais como: Bradesco, Petrobrás, as organizações Odebrecht – líder da construção e petroquímica na América Latina, detentora

de duas unidades no Pontal do Paranapanema, estando uma em operação, a Destilaria Alcídia, e outra em construção, a Conquista do Pontal, que está disposta a investir R\$ 5 bilhões na produção de etanol, nos próximos oito anos, incluindo mais quatro ou cinco empresas agroprocessadoras. Sua meta é

tornar-se líder do setor, num prazo de dez anos, quando terá capacidade de moagem de 30 a 40 milhões de toneladas de cana. Mesmo com todos esses incrementos e redefinições, ainda se mantém inalterado o elevado índice de desconfiança dos consumidores no capital.

O desrespeito às normativas trabalhistas, à Constituição, aos contratos de trabalho, às leis ambientais, por fim, a sacramentada liderança de serem esses empresários (conhecidos como usineiros) maus pagadores e os maiores exploradores e usurpadores do trabalhador, pelo fato de colecionarem, em todo o país, os piores

exemplos de formas assemelhadas de trabalho degradante e escravo, são tão mais reforçados quando resistem em abrir mão do sistema de pagamento da força de trabalho empregada no corte da cana-de-açúcar por produção, aliás componente histórico da barbárie que advém dos século XVIII.

Será que já teríamos condições de qualificar a pergunta que ainda não foi encampada pelos grandes meios de comunicação e pela sociedade em geral: por que morrem os trabalhadores que cortam cana-de-açúcar? Seria esse o legado para os trabalhadores, em meio a tão importante segmento empresarial, que, habilmente, impõe a convivência entre o moderno e as formas regressivas e arcaicas de relações de trabalho, inclusive reconhecidos como heróis e recebidos na sala VIP do AeroLula, para os acertos de praxe?

É fato comprovado que um trabalhador que corta hoje 12 toneladas de cana, em média, por dia de trabalho, o faz à base de 370.000 golpes de podão e 37.000 flexões nas pernas, para golpear a gramínea, caminha quase 9000 metros, carrega nos braços as 12 toneladas de cana, em montes de 15 quilos cada um, completando 800 trajetos. Nesse esforço, perde, em média, de 7 a 9 litros de água por jornada, freqüentemente sob sol forte das áreas canavieiras do Brasil e de São Paulo, e,

quando conta com EPI's adequados, tem maior desconforto térmico, porque tem aumento significativo de sua temperatura corporal, e, quando não conta, vivencia com a própria sorte outras mazelas, como picadas de cobras, cortes nos pés, pernas e ferimentos nos braços, sem contar que, seja como for, não está imune à influência da poeira, da fuligem.

Ainda que a Fundação de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro) tenha se manifestado publicamente contra as condições de trabalho e o desrespeito à saúde do trabalhador, voz que ecoa com pequena amplitude para um número ainda reduzido de promotores do Ministério Público, delegados do Ministério do Trabalho e outros tantos solitários que argüem a devassa que o capital faz sobre os trabalhadores, ainda não foi acatada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), que, aliás se petrifica no argumento de que o trabalho no corte da cana não é considerado insalubre.

Não há nada de *novo sob o sol*, neste caso, porque essa orientação garante o não pagamento do adicional de insalubridade às atividades laborativas expostas aos raios solares. No entanto, não é possível prever quantos trabalhadores e trabalhadoras, envolvidos no corte da cana-de-açúcar, vão morrer, sabendo-se que a Fundacentro não computa mortes de trabalhadores informais,

como os 18 cortadores que foram a óbito¹¹ devido ao extenuante trabalho nos canaviais paulistas, até que o egrégio tribunal postule revisão da referida normativa, que possa ir além e determinar o alto grau de penosidade, da mesma maneira que ainda estiver em vigência o sistema de remuneração e pagamento do corte de cana à base da produção diária. A maioria das mortes motivadas por parada cardiorrespiratória evidencia a face perversa e regressiva do modelo de produção que sustenta o setor sucroalcooleiro, em detrimento das benesses de que gozam os empresários, por parte do governo, com fartas linhas de crédito do BNDES, perdões de dívidas etc.

Outro aspecto que tem sido observado por meio das pesquisas é que, nas áreas novas de expansão da cana-de-açúcar, os valores pagos por tonelada para os trabalhadores ligados ao corte da cana-de-açúcar estão um pouco acima do que vigora nas áreas tradicionais, pois, nestas, como Ribeirão Preto, o elevado percentual de área mecanizável, localizada em grandes extensões

¹¹ Essas informações são fornecidas pelo Serviço Pastoral do Migrante, vinculado à Igreja Católica, pelo Ministério Público do Trabalho (estadual e federal) e por pesquisadores que lidam com o assunto, como a professora Maria Aparecida Morais Silva, pesquisadora do CNPq e vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente.

de terras planas, e, sobretudo, a maior capacidade de investimento das empresas impõem no ambiente laboral e na seara sindical a perspectiva da substituição potencial iminente do braço humano pela máquina. Apesar de os valores não variarem substancialmente, enquanto, em Ribeirão Preto, na safra 2007/2008, o trabalhador ganha R\$2,50 por tonelada de cana cortada, nas regiões de Araçatuba e Presidente Prudente, esse montante pode alcançar R\$2,65 por tonelada.

Velhos signos para os novos significados imperialistas

O que estamos assistindo, neste início do século XXI, apenas reforça e consolida a estrutura fundiária já altamente concentrada, o que repercute na concentração de renda e de capital.

Com as atenções voltadas para o Pontal do Paranapanema, podemos constatar que a expansão da agroindústria canavieira não traz alento para os trabalhadores e para a comunidade regional, visto estar se consolidando sem que seja assegurada nenhuma garantia à já ameaçada produção de alimentos, como financiamentos e políticas públicas para ampliar os horizontes da Reforma Agrária e de criação e viabilização de assentamentos rurais. A via *prussiana*,

condenada historicamente e incapaz de garantir desenvolvimento social e sustentável para a manutenção dos camponeses no campo e em condições satisfatórias para plantar e viver com as famílias na terra, é a opção em que o Estado e o capital estão apostando.

O que transparece por detrás do Programa Nacional do Biodiesel, e que mobiliza secretarias, ministérios e demais repartições da administração direta, somente faz uso de fortes campanhas de *merchandising*, pretensamente aglutinadoras de interesses e vocações ambientalistas, enquanto o que está em questão é a garantia e permanência de um modelo de sociedade ultrapassado, destrutivo, regressivo e condenado.

Ainda que a matriz energética brasileira dependa do petróleo (55,1%) e que, na sua composição, a presença de fontes renováveis de energia seja representativa (44,9%), tendo por base que, em termos mundiais, esses percentuais ficaram, em 2006, em torno de 86,7% de energia de fontes não renováveis e 13,2%, por outro lado, controladas das grandes empresas que

oligopolizam sua oferta¹². É nesse ponto que temos que centrar nossas atenções, pois as fontes renováveis de biomassa, como o etanol, óleos vegetais e as usinas hidrelétricas (UHE), têm que ser pensadas no contexto da subordinação de classe e do controle do capital sobre a sociedade e o território. Caso contrário, estaríamos reféns de meia dúzia de histórias mal-contadas e sem saber nos mover diante da temeridade de a sociedade estar à mercê do capital oligopolista (nacional, estrangeiro, transnacional) ou do seu controle sobre as fontes renováveis de energia, como, por exemplo, da água doce, tal como o caso da Duke Energy, a qual detém o direito de exploração de todas as UHE do Rio Paranapanema; das agroindústrias canavieiras, que

almejam abastecer o mercado mundial com álcool etílico; das florestas de eucalipto, para abastecer a Europa de papel; e os fornos das siderurgias, com as atenções no aço etc.

Nesse íterim, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), instituído em março de 2007 pelo governo federal, sacramenta o equívoco do abastecimento energético, tendo em vista continuar vinculado aos interesses

*O Plano de
Aceleração do
Crescimento (PAC),
instituído em março
de 2007 pelo governo
federal, sacramenta o
equívoco do
abastecimento*

¹² Cf. CONAB, 2007.

particulares e de projetos específicos. “O PAC é, desse ponto de vista, um programa perverso, pois reforça os que já são fortes e não estabelece nenhum tipo de prioridade para resgatar os setores que encadeiam a economia nacional, ou seja, voltados para o mercado interno” (CARVALHO, 2007, p. 5).

Os setores dominantes da burguesia, no Brasil, com mais ou menos tentáculos no aparelho estatal e com mais ou menos vínculos e ligações com o capital externo, bem como as empresas estrangeiras, intentam ampliar ainda mais a escala da oferta de energia de fontes renováveis, porque, como já são detentoras de parcela expressiva da oferta de energia elétrica, no país, têm a expectativa de aumentar os horizontes dos seus negócios, tanto à frente da construção das novas UHE, como das plantas agroindustriais.

O que apreendemos é que a demanda mundial crescente por agrocombustíveis é seguida *pari passu* pela intenção da burguesia de contribuir para a diminuição das emissões de gás carbônico, na atmosfera, além de minimizar os efeitos do aquecimento do planeta, fazendo com que o *novo* negócio em torno da temática energética seja secundarizado e, com isso, passando uma falsa idéia sobre os reais interesses de participar do processo, denominado por Carvalho (2007) de *avalanche verde imperialista*,

colocando em risco a essência da soberania alimentar e política brasileira.

A fúria consumista e a disputa por mercados, que está no centro de todos esse processo destrutivo, como muito bem denominou Mészáros (2002), no caso do álcool combustível, revela, em 2006, que EUA e Brasil respondem por 70% de todo o etanol produzido no mundo, cabendo ao nosso país 18,5 bilhões de litros – ou 48% do total. Os 40% que cabem aos EUA, quanto à sua participação na frota mundial de veículos, também evidenciam que, se esse país reduzir em 20% o consumo de gasolina até 2017, requererá um aumento de aproximadamente 800% de etanol.

Esse cenário nos remete a pensar que, se a produção de milho dos Estados Unidos crescer 30% ao ano, não atingirá quantidade para responder à demanda de agrocombustíveis, além de colocar em risco iminente a oferta de alimentos. O fato de o custo do etanol da cana-de-açúcar ser significativamente menor do que o extraído do milho revela o real interesse do capital transnacional em buscar sócios, nos países que dispõem de aparato agroindustrial canavieiro, onde esse agrocombustível possa ser produzido à base de menores custos e vantagens comparativas.

A vinda de Bush para o Brasil, em março de 2007, expôs os elementos centrais

que ocupam a atenção dos capitais e do Estado norte-americano, em relação à oferta de agrocombustíveis. A meta compulsória de utilização de etanol, de 28,5 bilhões de litros, a ser misturado à gasolina em substituição ao MTBE (éter metil-butil), até 2012, e 132 bilhões, em 2017, eleva as expectativas de novos negócios para o empresariado agroindustrial canavieiro, porém não propriamente sua vocação preservacionista/ambientalista.

Apenas esses elementos já nos permitem entender a intensidade do processo de rearrumação espacial e produtiva da agroindústria canavieira, no Brasil, neste início do século XXI, à base de três plantas agroindustriais canavieiras por mês, até 2013, podendo atingir 409 unidades até o final da safra 2012/13¹³, partindo das atuais 336 unidades.

Esse processo espelha a expansão das áreas de plantio e das plantas processadoras, principalmente para o Oeste de São Paulo, Noroeste do Paraná, Mato Grosso do Sul, Triângulo Mineiro, Centro-Sudoeste de Goiás. Dessa forma, a área ocupada com cana-de-açúcar, em nosso país, na safra 2007/2008, teve acréscimo de 7,5%, ou seja, 6,7 milhões de hectares, sendo 82,5% no

Centro-Sul, equivalente a 468 milhões de toneladas de cana-de-açúcar (estimativa). Isso representa uma safra 8,5% maior do que a safra 2006/07, tendo à frente São Paulo, com 59,41% e 3,5 milhões de hectares com cana-de-açúcar, o Paraná com 8,97% e 450.000 hectares; Minas Gerais, com 7,85%; Alagoas, com 5,16%; Goiás, com 4,24%, Pernambuco, com 3,50%, e Mato Grosso, com 3,05%. No que se refere à produção de álcool, estima-se em 21,3 bilhões de litros, com destaque para o Centro-Sul, à base de 92,0% da produção total, enquanto, para o açúcar, não se registram estimativas de crescimento com respeito à safra 2006/07, situando-se em torno de 30,1 milhões de toneladas, das quais 16,7 milhões serão exportadas.

No mais, esse *imperialismo verde* requer salvaguardas para realizar investimentos, estabelecer alianças tácitas e pactos sociais, com o propósito de ter assegurada a estabilidade social no país, de que estamos assistindo inúmeros exemplos, no Brasil; o caso mais marcante, no Pontal do Paranapanema, acontece com o avanço das áreas de plantio de cana-de-açúcar e das plantas agroindustriais, associadas à legitimação das terras devolutas, de posse dos latifundiários, e, agora, com a possibilidade de sacramentar de vez a bandalheira fundiária, na região, com a aprovação do

¹³ Se considerarmos os projetos em estudo, será possível atingir 598 plantas agroprocessadoras de cana-de-açúcar (Fonte: UNICA, UDOP, CONAB).

Projeto de Lei nº 578, de autoria do governador do Estado, o qual vai legalizar todas as áreas com pendências jurídicas, acima de 500 hectares.

O Estado, ao apostar nesse modelo de produção, endossa padrão que apenas favorece a tendência concentracionista da expansão da monocultura canavieira, com o objetivo de obtenção de álcool etílico para a produção do biodiesel. Como já detalhamos, em texto anterior¹⁴, essa atividade se dá às expensas, como vimos constatando nas nossas pesquisas e de outras, que se multiplicam por todo o país, do aumento da exploração do trabalho, com formas assemelhadas de trabalho degradante e escravo, do desrespeito aos contratos de trabalho, da legislação social (CLT, Constituição Federal) e ambiental, do descaso em relação às paradas obrigatórias, aos laudos ergonômicos – por envolver esforço repetitivo, à base da obrigatoriedade de cortar mais e mais –, o que tem provocado, além das mortes, lesões de grande magnitude que caracterizam invalidez ou diminuem sensivelmente a própria capacidade/produktividade do trabalhador, submetido à exigência de sua força e resistência física.

Os casos de lesões por esforço repetitivo ou os distúrbios osteomoleculares relacionados ao trabalho (LER/DORT), que, apesar de desatualizados e de não comporem as estatísticas oficiais sobre o setor, segundo indicações de trabalhadores envolvidos e das pesquisas que estamos realizando, continuam crescendo, enquanto os empresários seguem ilesos, mesmo que, em alguns casos, o Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho e do Emprego (MTb), juízes e promotores de justiça estejam direcionando ações. Assim, quanto mais o trabalhador corta cana-de-açúcar, mais diminui sua capacidade de trabalho, mais fragiliza sua resistência física e mais abrevia seu tempo de vida útil no trabalho, de sorte que, insistindo nesse caminho suicida, antecipa a sua morte.

Como se isso não bastasse, ainda se fundamenta nos expedientes das falsas expectativas de aumento das contratações, quando se sabe que o principal desdobramento da legitimação das terras, agora com a aprovação do Projeto de Lei 578, que prescreve a regularização das terras devolutas acima de 500 hectares, será a mecanização crescente do corte da cana-de-açúcar e, na planta fabril, o incremento dos mecanismos de controle de processo e de produção fundados nas tecnologias de informação (TI), centralizados nas empresas matrizes ou em sistemas que funcionarão à

¹⁴ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2007c.

base de pequenas células de acompanhamento, compostas por número reduzido de trabalhadores.

Com isso, os políticos, gestores e demais entusiastas dessa variante da civilização da barbárie, muito mais irresponsáveis e vendidos ao projeto do capital do que desavisados de toda essa tragédia social, estão apostando na intensificação da exclusão social, em nome de falsas promessas, mentiras e ilusões, que acompanham o agronegócio.

Basta lembrarmos que os estímulos à expansão da cana-de-açúcar, no Pontal do Paranapanema, sob o pretexto do Proálcool, no início dos anos 1980, foram tentados pela ditadura militar e pela elite paulista, a qual ocupou os cargos de controle no executivo estadual, deixando de herança a intensificação dos graves conflitos fundiários e distorções sociais, que o projeto atual tende a agravar, a título de promover o desenvolvimento da região.

Não obstante o engodo desse projeto, a expressão *desenvolvimento regional*, ou *desenvolvimento para todos*, *empregos para quem quer trabalhar* e outros fetiches apregoados pelas propagandas milionárias, na mídia regional, embora genéricos e pouco elucidativos, intencionam tão-somente garantir os privilégios privados dessa tormenta que acredita no exclusivismo dos grandes

negócios, na continuidade do modelo destrutivo do ambiente, dos desmandos e descumprimentos das normativas sociais e do desmonte da frágil estrutura de produção dos assentamentos rurais e dos movimentos sociais empenhados na luta pela terra e Reforma Agrária, que tanto incomoda a burguesia, o latifúndio, o Estado e os demais setores a eles consorciados.

Até certa medida, a especulação em torno da capacidade de investimento do capital não somente fragiliza os trabalhadores, mas também cria falsas expectativas e escamoteia seus interesses em manter sob rédeas curtas o controle do processo de trabalho, à base das longas jornadas extenuantes e dos mecanismos de arregimentação, contratação e pagamento que fundam os ganhos na produção/produktividade do trabalho no corte. Para ganharem um pouco mais do que o piso salarial – e, diga-se, os cortadores têm o menor piso de todas as demais categorias de trabalhadores da agroindústria canavieira (alimentação, químicos e condutores) –, esses trabalhadores se submetem ao alongamento das jornadas e à intensidade imposta pelos feitores/fiscais, que respondem aos ditames do capital, embasados nos ritmos alucinantes dos coeficientes de produtividade ditados pela máquina.

Em pesquisa anterior¹⁵, já tínhamos detectado esse expediente, num momento em que o corte mecânico estava ainda “deslanchando”; hoje, além de ser um fato, é mais que tudo um elemento sempre presente na pressão psicológica que os patamares de corte continuam a imperar, nos momentos de arregimentação, eliminando e cortando expressivos contingentes, a cada safra, impactando sobremaneira no efetivo de trabalhadores contratados.

Dessa forma, o crescimento contínuo dos patamares mínimos exigidos no corte manual, hoje por volta de 14 toneladas homem/dia, superam as 12 toneladas da safra 2006-2007, as 3 toneladas, em 1969, as 10 toneladas, em 2005, revelando que o limite para essa frenética superexploração do trabalho só esbarra na morte. O destrutivismo desse processo se completa, quando os estudos sinalizam que, cortando de 12 a 15 toneladas de cana-de-açúcar por dia, a vida útil do trabalhador não ultrapassa 12 anos, ou 40% menos, se comparada ao ritmo e à sociabilidade do período colonial, quando a vida útil do escravo cativo atingia, em termos médios, 17 anos.

Ainda que variem o piso regional e os valores estipulados para a cana cortada, com a média de 15 toneladas por dia, os

¹⁵ Referimo-nos à Tese de Doutorado, que concluímos em 1996.

cortadores ganham aproximadamente R\$ 800,00, sendo que a grande maioria fica um pouco acima do piso salarial da categoria (R\$ 450,00), ou seja, entre R\$ 600,00 a R\$750,00. Não obstante, esse assunto deve ser cuidadosamente tratado, porque tais médias não evidenciam as demais faces que compõem os salários. Basta tomarmos os exemplos vigentes para a região canavieira do Pontal do Paranapanema, onde a diária de R\$ 12,60 está referenciada à média de 9 toneladas de cana cortada por dia, de sorte que os fiscais e feitores estão treinados para garantir não somente esse patamar, mas para fazer com que essa marca seja sempre ultrapassada.

Assim, se o trabalhador é acometido por algum imprevisto, como um acidente ou o efeito da brutalidade da jornada de trabalho, para ter direito à diária tem que cortar, no mínimo, as 9 toneladas de cana-de-açúcar. Nesse sentido, se a demanda de força de trabalho, por um lado, redistribui salários para um grande contingente de trabalhadores (migrantes, desempregados, subempregados, camponeses fragilizados), por outro lado, estes estão submetidos às práticas de superexploração e formas assemelhadas de trabalho escravo.

Se fôssemos comparar essa elevada demanda por força de trabalho, na cana-de-açúcar, com outros produtos que ocupam

também destaque na matriz do agronegócio, no Brasil, como a soja – que, aliás, não prima pela contratação, a não ser de tratoristas, condutores de máquinas colheitadeiras e serviços gerais – tampouco a pecuária, o algodão e o milho mecanizados, poderíamos concluir que, em torno da gramínea, deveria haver atenção e cuidados especiais por parte dos empresários, governos e órgãos públicos que têm a prerrogativa da fiscalização.

Outra chaga que rebate sobre a cana-de-açúcar são os baixos salários que se devem igualmente aos procedimentos historicamente contestados pelos trabalhadores e que expõem o conjunto dos empresários, sob a acusação de manipulação ou roubo na pesagem da cana cortada, tanto através dos meios fraudulentos que começam na medição da do produto, ainda no eito, quanto na aferição da quantidade em quilos, no momento em que controlam as balanças, a despeito do tabu que se instaura em torno dessas informações, tornando o assunto proibitivo no eito e nas conversas entre os trabalhadores. A desinformação, a manipulação e as arbitrariedades são a arma do agronegócio, elementos que repovoam a barbárie imperante.

Depois de feitas as conversões, via de regra os trabalhadores têm colecionado perdas salariais expressivas. Há fortes indícios, com base em outras experiências

mais bem sucedidas de aferição e pesagem, tal como a sistemática da “Quadra Fechada”, implementada pelo Sindicato dos Empregados Rurais (SER) de Cosmópolis, de que as perdas podem chegar a 50%, em alguns casos. Ou seja, presume-se que a intensividade do aumento do corte manual, como padrão de corte, é ainda mais expressiva do que se tem considerado, de sorte que, se adotarmos coeficientes médios, poderíamos assumir que, nos dias de hoje, o padrão homem/dia está na casa de 18 a 20 toneladas, sem contar as perdas expressivas em termos de salariais e a dignidade e a vida roubadas do trabalhador.

A isso também se juntam outras faces do que já apontamos, anteriormente, em relação à diminuição dos preços pagos pela tonelada, quando se leva em conta a potencialidade da capacidade de investimento do capital, na mecanização do corte, isto é, a ampliação constante e sistemática do sobretrabalho, na colheita da cana-de-açúcar, está associada à queda do valor pago pela tonelada cortada.

Segundo Balsadi (2007, p. 4), “depois de um patamar em torno de quase R\$ 10 (por dia), entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980, tal remuneração tem-se situado em torno de R\$ 7 na atualidade”. Quanto mais se exige, nos patamares de cana cortada manualmente,

menos se paga por unidade de medida, sem se considerar as mudanças implementadas nos sistemas de corte, de 5 para 7 ruas, ainda que proibido desde as repercussões do Movimento de Guariba, em maio de 1984, mas imperante nos canaviais paulistas.

Para atingir os mesmos patamares de ganhos de dez anos atrás, os trabalhadores, hoje, têm que cortar muito mais. Os percentuais podem atingir aproximadamente 40 a 60%, ou seja, por todos os motivos, não é compensador cortar cana, sobretudo porque os menores ganhos estão associados à perda precoce da vida útil e a uma série de aspectos e critérios pré-estabelecidos para a composição das turmas, a cada safra. A começar pela faixa etária e sexo, quando se decide por trabalhadores de 18 a 25 anos de idade, local de origem¹⁶, isto é, a preferência dos capitalistas e gatos/agenciadores é pelos migrantes, os quais resistem menos às precárias condições de trabalho no eito e de vida nos Barracões¹⁷, Alojamentos, Pensões

¹⁶ A esse respeito, ver: MORAIS SILVA, 2006.

¹⁷ Durante os anos de 1984 e 1985, pudemos acompanhar lado a lado as movimentações e os desdobramentos/repercussões da Greve de Guariba, momento no qual estávamos envolvidos com a pesquisa de nossa Dissertação de Mestrado. Foi nesse período que redigimos o texto Barracão - forma de controle da mão-de-obra rural recriada pelo capital: os mineiros na região de Jaboticabal. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, AGB, n. 60, p. 141-151, 1986.

etc. Para a manutenção e expansão desse esquema, as empresas se utilizam dos sofisticados programas computacionais e sistemas informatizados, que possibilitam o controle individualizado dos trabalhadores, influenciando sobremaneira tanto no corte do contingente que não interessa e que pode ser descartado, quanto na seleção dos melhores e mais aptos ao trabalho e à aceitação das imposições e desmandos.

*Não há nada de novo sob o sol,
num mundo de falsos heróis...!*

Este texto continua...

Referências Bibliográficas

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BALSADI, O. V. O mercado de trabalho assalariado na cultura da cana-de-açúcar no Brasil no período 1992-2004. São Paulo, **Informações Econômicas**, V.37, N°2, p.38-54, fev. 2007.

CARVALHO, H. M. **Impactos Econômicos, Sociais E Ambientais Devido à expansão da oferta do etanol no Brasil**. Curitiba, 2007 (mimeo).

CONAB (julho 2007). **Safra cana 2007/2008 Estimativa**. 1º Levantamento, maio 2007. Disponível em: www.conab.gov.br. Acesso em: 26 ago. 2007.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Mortes dos “severinos” nos canaviais paulistas. In: **Conflitos no campo em 2005**. Goiânia, CPT, Gráfica e Editora América, p.162-166, 2006.

OLIVEIRA, A. M. S. A reestruturação produtiva do capital na agroindústria canavieira paulista e os desdobramentos para o trabalho. In: THOMAZ JÚNIOR, A. **Geografia e Trabalho no Século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2004. Vol. 1. p. 70-104.

OLIVEIRA, A. U. Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo. **Cadernos do XII Encontro Nacional do MST**. São Paulo: MST, 2003.

THOMAZ JÚNIOR, A. Se camponês, se operário! Limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JÚNIOR, A.; CARVALHAL, M. D., CARVALHAL, T. B. (Orgs.). **Geografia e Trabalho no Século XXI**, Volume II. Presidente Prudente, p.130-167, 2006.

THOMAZ JÚNIOR, A. Os Rearranjos do Capital e o Trabalho no Campo no Século XXI: Uma tentativa de compreensão dos casos espanhol, galego e brasileiro. In: THOMAZ JÚNIOR, Antonio; SILVA, Onildo Araújo (Orgs.). **A Questión da Terra na Península Ibérica e na Iberoamerica: Actualidades e Desafios**.

Santiago de Compostela: Index, 2007a. (no prelo).

THOMAZ JÚNIOR, A. **Terra e Trabalho no Contexto da Luta de Classes**. (Reflexões Introdutórias sobre os casos da Galícia e Espanha). Presidente Prudente, 2007b.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Agronegócio Alcoolizado e Culturas em Expansão no Pontal do Paranapanema!** Legitimação das Terras Devolutas e Neutralização dos Movimentos Sociais. Presidente Prudente, 2007c. (mimeo).

THOMAZ JÚNIOR, A. **Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar no Brasil**. (Elementos para Recolocar o Debate da Classe Trabalhadora e da Luta de Classes no Brasil). Presidente Prudente, **Pegada**, V.7, N° 2, 2006d.

THOMAZ JÚNIOR, A. Trabalho Mutante e Territórios em Disputa. Presidente Prudente, **Pegada**, V.8, N°1, 2007e. (no prelo). Presidente Prudente, **Pegada**, V.8, N°1, 2007e.

Geografia e Trabalho no Século XXI

v. 1

À venda pelo Email:

revistapegada@gmail.com

Ou pelo telefone (18) 3229-5388

Ramal: 5543. (18) 3229-5307